

**AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO****REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA**

|                      |       |
|----------------------|-------|
| NUDPRO/DRT-SP        |       |
| 46219.021755/2009-30 |       |
| /                    | /2009 |
|                      |       |

**Nº DA SOLICITAÇÃO: MR021596/2009**

SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. DA CONST. MOB. DE BOTUCATU, CNPJ n. 54.709.423/0001-04, localizado (a) à Rua Coronel Manoel Luís dos Santos, 365, Vila São Lúcio, Botucatu/SP, CEP 18.603-310, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBERTO TENORE, CPF n. 931.577.628-34, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 26/02/2009 no município de Botucatu/SP;

E

**SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO**, CNPJ n. 62.638.002/0001-68, localizado (a) à Avenida Paulista, 1313, 1313, 9º andar - conjunto 906, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01.311-923, representado(a), neste ato, por seu Tesoureiro, Sr(a). MARCELO JOSE BASSO, CPF n. 091.182.028-02, por seu Presidente, Sr(a). CARLOS EDUARDO VEGA, CPF n. 942.526.618-20 e por seu (s) PROCURADOR (ES), Sr(a). HELENA PEDRINI LEATE, CPF n. 235.382.879-53, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 26/03/2009 no município de São Paulo/SP;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 06, de 2007, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR021596/2009, na data de 05/06/2009, às 10:07:45.

São Paulo, 5 de junho de 2009.

CARLOS ALBERTO TENORE  
Presidente

**SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. DA CONST. MOB. DE BOTUCATU**

MARCELO JOSE BASSO  
Tesoureiro

**SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO**

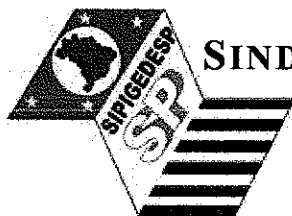
CARLOS EDUARDO VEGA  
Presidente

**SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO**

HELENA PEDRINI LEATE  
Procurador

**SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO**

DRT/SP 46219 - 05-JUN-2009 13:22:225897-1/1



# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010

### NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:

MR021596/2009

SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. DA CONST. MOB. DE BOTUCATU, CNPJ n. 54.709.423/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBERTO TENORE, CPF n. 931.577.628-34;

E

SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO, CNPJ n. 62.638.002/0001-68, neste ato representado(a) por seu Tesoureiro, Sr(a). MARCELO JOSE BASSO, CPF n. 091.182.028-02, por seu Presidente, Sr(a). CARLOS EDUARDO VEGA, CPF n. 942.526.618-20 e por seu Procurador, Sr(a). HELENA PEDRINI LEATE, CPF n. 235.382.879-53;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2009 a 30 de abril de 2010 e a data-base da categoria em 1º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) de Pinturas, Gesso e Decorações, integrantes da Categoria Profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Botucatu, com base territorial no município de Botucatu, com abrangência territorial em Botucatu/SP.



# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filhado à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

**Salários,  
Piso**

**Reajustes**

**e**

**Pagamento  
Salarial**

## CLÁUSULA TERCEIRA - SALARIO NORMATIVO

Ficam assegurados para os empregados abrangidos por esta Convenção, os salários normativos a seguir especificados, a vigorarem a partir de 01.05.2009:

**a)- AUXILIARES** (cujas funções não demandem formação profissional), valor de R\$ 767,80 (Setecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos) , ou R\$ 3,49 (Três reais e quarenta e nove centavos) por hora, para 220 (duzentas e vinte) horas mensais.

**b) QUALIFICADOS** (profissionais qualificados), valor de R\$ 917,40 (Novecentos e dezessete reais e quarenta centavos) , ou R\$ 4,17 (Quatro reais e dezessete centavos) por hora, para 220 (duzentas e vinte) horas mensais.

**PARÁGRAFO 1º** - As empresas manterão os atuais níveis salariais corrigidos na forma da cláusula primeira, inclusive aos novos contratados até 30 de abril de 2010.

**PARÁGRAFO 2º** - Eventuais diferenças salariais oriundas da aplicação da presente cláusula poderão ser complementadas até a data de pagamento dos salários do mês de competência julho/2009.

## Reajustes/Correções Salariais

## CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2009, os salários dos empregados abrangidos pela presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, serão reajustados pelo percentual negociado e ajustado entre as partes, correspondente a 6,74% (seis vírgula setenta e quatro por cento), percentual este a ser aplicado sobre os salários vigentes em 01º de maio de 2008.

**PARÁGRAFO 1º**- O percentual de reajuste pactuado no caput desta cláusula será aplicado em todos os níveis salariais.

**PARÁGRAFO 2º**- Os empregados admitidos após 01.05.2008 farão jus ao mesmo reajuste, mas não poderão, em razão disso, ultrapassar os salários de empregados mais antigos exercentes da mesma função.



# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filiado à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

**PARÁGRAFO 3º-** Os aumentos decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento e por antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, não serão compensados.

## **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO COM CHEQUE**

Quando o pagamento for efetuado em cheque ou depósito bancário, com exclusão do cheque salário, as empresas estabelecerão condições para que os empregados possam descontar o cheque ou ir ao banco no mesmo dia em que for efetuado pagamento, sem que seja prejudicado o seu horário de refeição.

**PARÁGRAFO 1º-** O pagamento dos salários será antecipado para o primeiro dia útil imediatamente anterior, quando a data coincidir com sábados, domingos e feriados.

**PARÁGRAFO 2º-** Se as empresas vierem a efetuar o pagamento dos salários antes da data obrigatória legal, ficará dispensada de cumprir o "Caput" desta cláusula.

### **CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO**

As empresas concederão a seus empregados um adiantamento salarial (vale) de, no mínimo de 40% (quarenta por cento) do salário nominal recebido no mês, até o 15º (décimo quinto) dia após o 5º (quinto) dia útil de cada mês, ressalvadas as situações mais favoráveis.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO ADMISSÃO**

Será garantido ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato tenha sido rescindido sob qualquer condição, o mesmo salário do substituído, sem



# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

considerar as vantagens pessoais, excepcionando-se desta cláusula as funções individualizadas, ou seja, aquelas que possuam um único empregado no seu exercício.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nas empresas que possuam estrutura organizada de cargos e salários, nos casos previstos no "caput" desta cláusula, será garantido o menor salário de cada função.

## CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado que exercer a substituição fará jus a diferença entre seu salário e o do substituído, na proporção da duração da substituição, excluídas as vantagens pessoais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A substituição eventual superior a 60 (sessenta) dias, passará a constituir promoção automática no cargo ou função, não será admitido rebaixamento de função, a não ser nos cargos de confiança.

## Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Auxílio Alimentação

## CLÁUSULA NONA - REFEIÇÃO

As empresas obrigam-se a fornecer a seus empregados uma alimentação subsidiada que consistirá, conforme sua opção, ressalvadas condições mais favoráveis, em uma das opções abaixo:

1) TICKET REFEIÇÃO, no valor mínimo R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) cada. O empregado receberá tantos Ticket's Refeição quantos forem os dias de trabalho efetivo no mês.

1.1) Para o EMPREGADO ALOJADO EM OBRA, receberá 1 (um) Ticket Refeição para almoço e outro para o jantar, tantos quantos forem os dias do mês.

**OU,**

2) CESTA BÁSICA, de pelo menos 36 (trinta e seis) quilos, contendo os itens da tabela abaixo:



# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filiado à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## COMPOSIÇÃO CESTA BÁSICA - 36 QUILOS

| QT | UNID    | DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS                           |
|----|---------|--|
| 13 | quilos  | arroz  |
| 04 | quilos  | feijão   |
| 05 | latas   | óleo de soja   |
| 04 | pacotes | macarrão com ovos (500 gr)                           |
| 04 | quilos  | açúcar refinado                                      |
| 02 | pacotes | café torrado e moído (500 gr)                        |
| 01 | quilo   | sal refinado   |
| 02 | latas   | massa de tomate (140 gr)                             |
| 02 | pacotes | farinha de mandioca crua (500 gr)                    |
| 01 | quilo   | farinha de trigo                                     |
| 01 | pacote  | fubá mimoso (500 gr)                                 |
| 02 | latas   | sardinha em conserva (135 gr)                        |
| 01 | quilo   | charque(Jack-beef) embalado pacotes a vácuo (500 gr) |
| 01 | pacote  | tempero completo (200 gr)                            |
| 04 | pacotes | biscoito sendo 2 doce / 2 salgado (140 gr)           |
| 01 | lata    | goiabada (700gr)                                     |

2.1) Caso algum dos produtos apresentem-se temporariamente indisponível para fornecimento, face à proibição ou impossibilidade de abastecimento, poderá ser substituído por produto equivalente no mesmo peso ou quantidade indicada.

**PARÁGRAFO 1º** - As empresas obrigam-se a fornecer aos seus empregados:

a) para todos os funcionários na sede da empresa e acima de 10(dez) funcionários em locais de terceiros, um copo de leite ou café, um pão tipo francês com margarina e queijo e uma fruta da época;

b) até 10 (dez) funcionários em locais de terceiros, uma barra de cereais.

**PARÁGRAFO 2º**- As empresas subsidiarão o fornecimento da REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO nas hipóteses acima no mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) do respectivo valor.

**PARÁGRAFO 3º**- Conforme orientação do Tribunal Regional do Trabalho o fornecimento em qualquer das modalidades anteriores não terá natureza salarial, nem se integrará na remuneração do empregado, nos termos da Lei Nº 6.321/76, de 14 de abril de 1.976 e de seu regulamento Nº 78.676, de 8 de novembro de 1.976.



# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Normas para Admissão/Contratação**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - NORMATIVAS**

10.1) Todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, devem realizar os exames médicos:

- a) Admissional
- b) Periódico
- c) De retorno ao trabalho
- d) De mudança de função
- e) Demissional

10.2) É obrigatório o fornecimento de vestimenta ou uniforme de trabalho aos trabalhadores, de acordo com a função ou atividade, e sua reposição, quando danificado no uso de suas atribuições.

10.3) É obrigatório o fornecimento de EPI (Equipamento de Proteção Individual) aos trabalhadores, gratuitamente e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

10.4) Deve ser priorizada a adoção de equipamentos e sistema de proteção coletiva, visando garantir a integridade física e a saúde de todos, fica proibida a improvisação.

10.5) Todos os trabalhadores devem receber treinamento admissional e periódico, visando garantir a execução de suas atividades com segurança.

10. 6) É obrigatório a elaboração e implementação do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

10.7) As empresas não criarão qualquer dificuldade para o acesso dos representantes do Sindicato Profissional nos locais de trabalho, devidamente credenciados, autorizado pelo proprietário ou responsável do imóvel, a fim de orientar no tocante as condições de higiene e segurança do trabalho, desde que pré-avisado a visita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e sempre se fazendo acompanhar por representante da empresa. Tal acesso não terá jamais, caráter fiscalizatório.



# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filiado à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## **Desligamento/Demissão**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA**

No caso de rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, a comunicação de dispensa obedecerá aos seguintes critérios:

a) Será comunicado pela empresa ao empregado por escrito contra recibo, firmado pelo mesmo, esclarecendo se será trabalhando ou indenizado o aviso prévio legal, avisando inclusive o dia, hora e local do recebimento das verbas rescisórias.

b) O empregado já alojado em obra, terá garantido o alojamento e também o cumprimento da CLÁUSULA QUARTA - REFEIÇÃO, Até o recebimento das verbas rescisórias. Exclui-se desta garantia os prazos para recebimento do FGTS, a recusa do empregado em receber as referidas verbas rescisórias desde que notificado para tanto, ou a recusa por escrito do órgão homologante.

c) O trabalhador dispensado sob alegação de falta grave, deverá ser avisado do fato, por escrito.

## **Mão-de-Obra Temporária/Terceirização**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREITEIROS SUB EMPREITEIROS/AUTÔNOMOS.**

As empresas, em suas atividades produtivas, utilizar-se-ão de mão-de-obra própria e de empreiteiros desde que regularmente constituídos e registrados nos órgãos competentes. Em quaisquer hipóteses, responderão principal e solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados, inclusive pelo cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

**PARÁGRAFO ÚNICO-** As empresas, que se utilizarem de mão-de-obra de reeducando provenientes do sistema prisional, pagarão a estes os mesmos salários e benefícios previstos nesta Convenção Coletiva.





# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

Os contratos de experiência não ultrapassarão a 90 (noventa) dias. Nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida, não será celebrado contrato de experiência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOMENCLATURA DAS FUNÇÕES**

As empresas a partir da vigência da presente Convenção Coletiva, na contratação de novos empregados, deverão utilizar quando dos registros legais a

nomenclatura da função quando existente na Classificação Brasileira de Ocupações (C.B.O.).

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades** **Estabilidade Aposentadoria**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA**

As empresas concederão estabilidade provisória aos empregados que necessitem de até 24 (vinte e quatro) meses para aquisição de aposentadoria por tempo de serviço, nos termos do art. 52 da lei nº 8.213/91, desde que devidamente comprovados e tenham 6 (seis) anos contínuos de trabalho na empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O empregado em vias de aposentadoria, não poderá ser despedido, a não ser em razão de falta grave, ou por mútuo acordo entre empregado e empregador, ou encerramento de atividades do empregador, sendo que nestas duas últimas hipóteses mediante homologação perante o Sindicato dos Trabalhadores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O empregado deverá comprovar no prazo de 30 (trinta) dias, após a dispensa, o seu enquadramento nesta condição.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA**

a) Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, aos empregados com 6 (seis) anos ou mais de serviços contínuos dedicados à mesma empresa, quando



# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

dela vierem a desligar-se definitivamente por motivo de aposentadoria, serão pagos 2 (dois) salários nominais equivalente ao seu último salário.

b) Se o empregado permanecer trabalhando na mesma empresa após sua aposentadoria, será garantido esta indenização, apenas por ocasião do desligamento definitivo.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Prorrogação/Redução de Jornada**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS**

I - Estabelecem as partes o adicional de 60% (sessenta por cento) para as horas suplementares trabalhadas de segunda-feira a sábado, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas, consoante cláusula vigésima nona, inciso I.

II – As partes fixam o adicional de 100% (cem por cento) para as horas extras trabalhadas em domingos e feriados, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas, consoante cláusula vigésima nona, inciso I.

III - Os adicionais em referência serão calculados com base no valor do salário nominal, excluídas as horas de trabalho compensadas.

IV – O valor das horas extras habituais integrarão o valor da remuneração para efeito de pagamento de férias, 13º, Repousos Semanais Remunerados, Aviso Prévio e depósito do FGTS.

### **Compensação de Jornada**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE SÁBADO EM DIA DE FERIADO**

Quando o feriado coincidir com o sábado compensado durante a semana, a empresa deverá reduzir as horas diárias de trabalho em número correspondente àquelas compensadas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas com seus empregados de comum acordo poderão transformar o estabelecido do "Caput" em compensação dos dias "pontes" antes ou após os feriados, não necessariamente no mesmo mês, obedecido o ano calendário.



# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## **Descanso Semanal**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DESCANSO REMUNERADO**

As empresas dispensarão do trabalho seus empregados nos dias 24 e 31 de dezembro, sem prejuízo do salário e do DSR.

## **Férias e Licenças**

### **Duração e Concessão de Férias**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FÉRIAS**

O início das férias deverá sempre ocorrer no primeiro dia útil da semana, devendo o empregado ser avisado com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvados os interesses do próprio empregado em iniciar suas férias em outro dia da semana, bem como ainda a política anual de férias das empresas, que deverá ser comunicada ao sindicato dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO 1º-** Quando a empresa cancelar férias por ela comunicada, deverá reembolsar o empregado das despesas não restituíveis, ocorrida no período dos trinta dias de aviso que, comprovadamente, tenha feito para viagens ou gozo de férias.

**PARÁGRAFO 2º-** Quando por ventura, durante o período do gozo de férias, existirem dias já compensados, o gozo de férias deverá ser prolongado com o acréscimo dos mesmos.

**PARÁGRAFO 3º-** Quando as empresas concederem férias coletivas, os dias 24,25 e 31 de dezembro e 01 de janeiro não sofrerão descontos.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Aceitação de Atestados Médicos**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Serão reconhecidos os atestados médicos e/ou odontológicos passados por facultativos do Sindicato dos Trabalhadores, desde que os mesmos consignem o dia, o horário de atendimento do empregado, bem como ainda, o carimbo do Sindicato e a assinatura do seu facultativo.



# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filiado à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ACIDENTE FATAL**

Em caso de acidente fatal à empresa deverá comunicar, por escrito, nos termos do art. 142 do Decreto nº 357/91, de 3 de dezembro de 1.991, ao Sindicato dos Trabalhadores com os seguintes dados:

- a) Nome do acidentado;
- b) Número da Carteira Profissional;
- c) Número do RG
- d) Endereço do acidentado
- e) Data da admissão;
- f) Data do acidente;
- g) Horário do acidente;
- h) Local, do acidente;
- i) Descrição do acidente;
- j) Nome de duas testemunhas do acidente.

## **Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA E ACIDENTE**

As empresas farão um seguro de vida e acidente em grupo, em favor de seus empregados, tendo como beneficiários legalmente identificados junto ao INSS, observadas as seguintes coberturas mínimas:

- a) 24 (vinte e quatro) salários normativos por morte por qualquer causa.
- b) 20 (Vinte) salários normativos por invalidez total ou parcial por acidente.
- c) 10 (Dez) salários normativos por morte do cônjuge do segurado, qualquer que seja a causa.



# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filiado à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

d) 05 (cinco) salários normativos por morte do (a) filho (a) do segurado, qualquer que seja a causa.

**PARÁGRAFO 1º-** Os valores acima serão corrigidos conforme política salarial que vier a ser determinada pelo governo.

**PARÁGRAFO 2º-** A partir do valor mínimo estipulado e das demais condições constantes do "Caput" desta Cláusula, ficam as empresas livres para pactuarem com os seus empregados outros valores, critérios e condições para concessão do seguro, bem como a exigência ou não de desconto no salário do empregado.

**PARÁGRAFO 3º-** Aplica-se o disposto na presente cláusula a toda as empresas e empregados, inclusive às empreiteiras e subempreiteiras, ficando a empresa que subempreitar obras, responsável, subsidiariamente, pelo cumprimento desta obrigação.

**PARÁGRAFO 4º-** No caso do empregado/empresa não se enquadrar nas hipóteses acima, o empregado fará jus a:

a) Na ocorrência de morte ou invalidez por motivo de doença atestada pelo INSS, a empresa pagará aos dependentes no primeiro caso e ao próprio empregado, na segunda hipótese, uma indenização equivalente ao seu salário nominal. No caso de invalidez, esta indenização será paga somente se ocorrer à rescisão contratual.

b) Esta indenização será paga em dobro, em caso de morte, e/ou invalidez causadas por acidente de trabalho, definido na legislação específica e atestado pelo INSS. Na hipótese de morte, o pagamento desta indenização será feito aos dependentes, com as facilidades previstas na Lei nº 6.858/80 e na OS nº INPS/SB 053.40 de 16 de novembro de 1.981, ou legislação equivalente.

**PARÁGRAFO 5º-** As empresas deverão proporcionar aos seus empregados a oportunidade de optar ou não pela sua inclusão no referido seguro.

**PARÁGRAFO 6º-** As empresas que mantêm planos de seguro de vida em grupo ou planos de benefícios complementares ou assemelhados à Previdência Social, por elas inteiramente custeadas, estão isentas do cumprimento desta cláusula. No caso deste seguro de vida estipular indenização inferior à garantida por esta cláusula, a empresa cobrirá a diferença.

**PARÁGRAFO 7º-** Quando o trabalhador não obtiver o benefício do INSS e/ou Seguro de vida e acidente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias comprovadamente por falta de documentação por parte do empregador, este manterá o pagamento de pelo menos o salário normativo mínimo em nome do trabalhador ou de seus dependentes legais.



# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

## **Relações Sindicais**

### **Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SINDICALIZAÇÃO**

As empresas quando solicitadas por escrito, cederão em dia e hora previamente fixada, autorização para que os sindicatos profissionais possam uma vez por ano, fazer sua campanha de sindicalização junto aos empregados, e preferencialmente nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho, vedada a propaganda política-partidária.

## **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE SINDICAL**

As empresas descontarão a mensalidade sindical diretamente de seus empregados, desde que por eles autorizados por escrito, devendo entregar os respectivos comprovantes aos empregados. O valor do desconto das mensalidades será depositada em conta bancária do sindicato beneficiado, através de guias próprias fornecida pelo mesmo, até o 6º (sexto) dia útil subsequente à competência do salário. A relação nominal dos empregados para o controle da entidade ficará a disposição na sede da empresa após o pagamento.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÕES DAS EMPRESAS AO SINDICATO PATRONAL**

Considerando o disposto no artigo 8º da constituição federal e em conformidade com a deliberação da Assembléia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2009, as empresas representadas pelo SIPIGEDESP – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO e abrangidas pela presente Convenção Coletiva, deverão recolher uma Contribuição Assistencial necessária à manutenção das atividades sindicais, a ser recolhida em quota única até 31 de julho de 2009 de acordo com os seguintes critérios:



# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

| Número de<br>Empregados | Valores R\$ |
|-------------------------|-------------|
| 0 a 10                  | 275,20      |
| 11 a 30                 | 458,70      |
| 31 a 50                 | 688,80      |
| 51 a 100                | 917,40      |
| 101 a 150               | 1.376,10    |
| Acima de 151            | 1.834,80    |

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O atraso no recolhimento da contribuição em apreço implicará na multa de 10% (dez por cento), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês de atraso, independentemente de ação judicial.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas descontarão em folha de pagamento a Contribuição Assistencial de 1% ao mês de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, conforme o que foi deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BOTUCATU realizada no dia 26/02/2009 na Rua Cel. Manuel Luis dos Santos, nº 365 – São Lúcio, Botucatu-SP, recolhendo-as ao mesmo, juntamente com a relação nominal dos empregados para controle da entidade, com o valor da contribuição correspondente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Conforme o Precedente Normativo nº 119 do Tribunal Superior do Trabalho, fica assegurado aos empregados o direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial, que deverá ser entregue por escrito diretamente pelo empregado ao Sindicato profissional correspondente, até 10 dias antes do primeiro pagamento reajustado.



# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A entidade dos trabalhadores signatária deverá dar publicidade de suas Assembléias Gerais no tocante aos valores ou percentuais fixados, para conhecimento dos empregados e das empresas, com tempo hábil para o desconto.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O atraso no recolhimento da Contribuição, implicará em multa de 10% (dez por cento), acrescido de 1% (um por cento) de juros ao mês de atraso e atualização monetária de acordo com a variação do IGP-M/ FGV ou fator equivalente, caso venha ocorrer modificação desse indicador. Independentemente dessas cominações, o não pagamento nos vencimentos estipulados no parágrafo primeiro desta cláusula, implicará na competente ação judicial de cumprimento.

## **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CADASTRAMENTO SINDICAL**

Quando uma empresa executar obras fora da base territorial do sindicato dos trabalhadores de sua sede, deverá cadastrar-se junto ao sindicato representante da base em que vai iniciar suas atividades, apresentando cópia de sua última alteração em seu contrato social, com o comprovante de recolhimento da contribuição ao sindicato patronal.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA**

As empresas que por qualquer motivo encerrarem suas atividades totalmente na base territorial do Sindicato Profissional, obrigam-se a comunicar aos empregados e ao Sindicato Profissional com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## **Disposições Gerais Outras Disposições**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - QUADRO DE AVISO**

As empresas permitirão a afixação de Quadro de Aviso do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, em locais acessíveis aos empregados, para a fixação de matéria de interesse da categoria, porém é vedada a divulgação de material





# SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundado e reconhecido em 14/10/1942 - Decreto Lei 1.402 de 05/07/1939,  
filial à FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em 03/02/1943

Código da Entidade: 86362 CNPJ/MF: 62.638.002/0001-68

politico-partidário ou ofensivo a quem quer que seja.

## CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CÓPIA DA RAIS

A empresa, no prazo de 30 (trinta) dias fornecerá, uma vez por ano, quando solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores, por escrito, mediante contra-recibo, uma cópia reprográfica da RAIS, ou através de suporte magnético, mediante entendimento prévio com o Sindicato representativo da categoria Profissional.

## CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA

Fixação de multa de 2% (dois por cento) do salário normativo por infração e por empregado, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contidas nesta Convenção, desde que não cominada com qualquer multa específica, revertendo seu valor a favor da parte prejudicada.

CARLOS ALBERTO TENORE  
Presidente

SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. DA CONST. MOB. DE BOTUCATU

MARCELO JOSE BASSO  
Tesoureiro

SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO

CARLOS EDUARDO VEGA  
Presidente

SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO

HELENA PEDRINI LEATE  
Procurador

SIND DA IND DE PINTURAS E DECORACOES DE SAO PAULO